



VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 DE JUNHO DE 2021



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2021

Índice

Relatório da Administração	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias.....	05
Balancos patrimoniais	09
Demonstrações dos resultados.....	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	14



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ: 42.582.049/0001-40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

1) Contexto Geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Companhia), relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e aos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas notas explicativas e dos relatórios dos auditores independentes.

Nessas Demonstrações, a Vanguarda Companhia de Seguros Gerais é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas, a qual a Companhia faz parte.

2) Pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID-19, no Brasil, teve o quadro agravado no primeiro semestre de 2021. Conforme relatado nas notas explicativas, a Companhia vem gerenciando a liquidez da Companhia, de forma a garantir que todos os compromissos assumidos sejam cumpridos.

3) Desempenho

A Companhia apresentou o lucro líquido de R\$ 720 mil no primeiro semestre de 2021 (R\$616 mil no mesmo período do ano passado), o que representa um aumento de 18,47%. O patrimônio líquido atingiu R\$ 7.834 mil em 30 de junho de 2021 (R\$7.114 mil em 31/12/2020), 10,1% maior. O crescimento patrimonial é explicado pelas participações acionárias que a Companhia detém em empresas do Grupo Icatu.

No primeiro semestre de 2021, as despesas administrativas ocorridas foram de R\$27 mil (R\$102 mil no mesmo período do ano anterior), as receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras foram R\$54 (R\$20 de despesas financeiras, líquidas de receitas financeiras, no mesmo período de 2020) e os tributos indiretos foram R\$66 mil (R\$68 mil no mesmo período de 2020) e os diretos foram R\$ 79 mil nos seis primeiros meses de 2020. Na nota explicativa 1, que fala sobre “Contexto Geral”, há maiores detalhes sobre a evolução da economia e o impacto do resultado financeiro.

4) Outros

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

A Companhia dispõe de uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar a Companhia de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

A KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa à Companhia, relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras, há vários anos, e o contrato foi renovado por mais um ano.



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

5) Agradecimentos

A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais aproveita a oportunidade para agradecer aos seus parceiros pelo atingimento dos resultados, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2021.

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

**Aos Administradores e Acionistas da
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais
Rio de Janeiro – RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões judiciais e Outras Contas a Pagar – Obrigações Fiscais

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.7 e 8.2 às demonstrações financeiras intermediárias, a Companhia possui passivos reconhecidos com base na avaliação da probabilidade de perda provável.</p> <p>Tais provisões requerem julgamento da Companhia na determinação da probabilidade de perda. Devido à relevância quantitativa dessas provisões judiciais, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- entendimento dos controles chave relacionados ao processo de avaliação de risco de perda das ações judiciais.- obtenção de confirmações diretamente com os advogados externos contratados pela Companhia com a relação dos processos judiciais fiscais em andamento e suas respectivas probabilidades de perda e valores estimados em risco.- discussão dos prognósticos de perda informados pelos advogados externos, relativo aos processos judiciais fiscais em andamento, com o Departamento Jurídico da Companhia.- revisão de atas de reuniões e indagações da administração sobre discussões relativas às provisões judiciais. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consideraram as informações relevantes.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

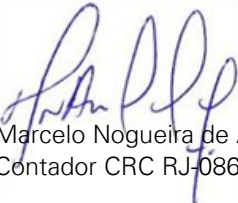
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia,. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Balancos Patrimoniais

30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

		<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
ATIVO			
CIRCULANTE		6.976	6.734
Disponível		128	126
Caixa e Bancos		128	126
Aplicações	Nota 5	6.573	6.415
Títulos de Renda Fixa - Públicos		2.581	2.556
Quotas de Fundos de Investimentos		3.992	3.859
Títulos e Créditos a Receber		275	193
Títulos e Créditos a Receber		181	99
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 6	94	94
NÃO CIRCULANTE		2.963	2.754
Realizável a Longo Prazo		2.470	2.450
Títulos e Créditos a Receber		2.470	2.450
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 6	388	389
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 8.1	2.082	2.061
Investimentos	Nota 7	493	304
Participações Societárias		493	304
TOTAL DO ATIVO		9.939	9.488



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Balancos Patrimoniais

30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PASSIVO		
CIRCULANTE	146	433
Contas a Pagar	146	433
Obrigações a Pagar	145	432
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	1	1
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.959	1.941
Outras Contas a Pagar	1.959	1.941
	Nota 8.2	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.834	7.114
	Nota 9	
Capital Social	4.699	4.699
Reservas de Capital	16	16
Reservas de Lucros	2.399	2.399
Lucro Líquido do Semestre	720	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.939	9.488

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Demonstrações de Resultados e Outros Resultados Abrangentes

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	Nota 11 a)	-	7
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS		<u>-</u>	<u>7</u>
Despesas Administrativas	Nota 11 b)	(27)	(102)
Despesas com Tributos	Nota 11 c)	(66)	(68)
Resultado Financeiro	Nota 11 d)	54	(20)
Resultado Patrimonial	Nota 7	759	719
RESULTADO OPERACIONAL		<u>720</u>	<u>537</u>
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		<u>720</u>	<u>537</u>
Imposto de Renda	Nota 12	-	54
Contribuição Social	Nota 12	-	25
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		<u>720</u>	<u>616</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE		<u>720</u>	<u>616</u>
Quantidade de Ações	Nota 9 a)	3.316.721	3.316.721
Lucro Líquido do Semestre por Ação - R\$		0,22	0,19



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS			Total
	Capital Social	Reserva de Ágio na Subscrição de Ações	Outras Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.699	1	15	628	763	-	6.106
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	616	616
Saldos em 30 de junho de 2020	4.699	1	15	628	763	616	6.722
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.699	1	15	695	1.704	-	7.114
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	720	720
Saldos em 30 de junho de 2021	4.699	1	15	695	1.704	720	7.834

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	720	616
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	-	(96)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(759)	(719)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos Financeiros	(157)	12.961
Créditos Tributários e Previdenciários	1	(6)
Ativo fiscal diferido	-	(164)
Depósitos Judiciais e Fiscais	(21)	1.068
Títulos e créditos a receber	(82)	(894)
Outros Ativos	-	1.084
Impostos e Contribuições	4	-
Outras contas a Pagar	(270)	(888)
Débitos de Operações com Seguros	-	(154)
Provisões Técnicas - Seguros	-	(13.661)
Caixa Consumido pelas Operações	(564)	(853)
Impostos pagos	(4)	(2)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	(568)	(855)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado e Intangível	-	(27)
Recebimento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	570	895
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	570	868
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2	13
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	126	128
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	128	141



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias
30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no Aqwa Corporate à Avenida Oscar Niemeyer, 2000, e autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar na 6ª região (Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais) nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Nessas demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações), a Vanguarda Companhia de Seguros Gerais é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. (Icatu Seguros) e suas controladas, a qual a Companhia faz parte.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Não houve comercialização de seguros de pessoas e planos de previdência complementar em 2020 e 2021, mas a empresa se manterá ativa em busca de novos negócios.

A administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

Impactos da pandemia da COVID-19

A pandemia da COVID-19, no Brasil, teve o quadro agravado no primeiro semestre de 2021. As autoridades governamentais adotaram medidas mais rígidas relacionadas às restrições de circulação nos estados e municípios frente ao agravamento da pandemia.

No resultado financeiro, a volatilidade dos instrumentos financeiros no primeiro semestre de 2021, refletindo as incertezas sobre o futuro da recuperação da economia e o risco fiscal embutido, impactou na marcação de mercado dos ativos classificados como “Valor Justo por Meio do Resultado”. A taxa básica de juros aumentou três vezes consecutivas até o final de junho, encerrando o semestre em 4,25% ao ano. O ano começou com a taxa a 2,00% ao ano e em março o Comitê de Política Monetária “COPOM” iniciou o aumento da taxa que afeta positivamente os instrumentos financeiros indexados ao CDI e SELIC.

Em relação a seus funcionários, o Grupo Icatu, o qual a Companhia faz parte, vem tomando decisões firmadas sobre os melhores protocolos, para garantir a saúde física e mental de seu quadro. Desde o início da pandemia, o Grupo Icatu já fez movimentos de retomadas, cumprindo todos os protocolos recomendados pelo Ministério da Saúde.

O Grupo Icatu vem monitorando atentamente o comportamento da pandemia nos cenários nacional e internacional, na certeza de que seu modelo de negócios e a solidez de seus processos reforçam o adequado monitoramento e aderência necessária as adaptações que o momento incomum requer. Adicionalmente, a resiliência e dedicação dos colaboradores, garantem à Companhia e a todo o Grupo Icatu a certeza de continuarem cuidando de pessoas com a qualidade diferenciada de sempre, na certeza de garantir aos seus segurados uma ótima qualidade de “vida, pra toda vida”.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/15, Resolução nº 321/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), suas alterações posteriores e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”.



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias
30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

As demonstrações são apresentadas seguindo o critério da comparabilidade estabelecido pelo CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária.

A administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras intermediárias evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 30 de agosto de 2021.

2.1. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e Equivalente de Caixa.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.2. Moeda Funcional e de Apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas demonstrações financeiras intermediárias são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer que a administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas envolvem entre outros: **(i) aplicações financeiras (nota 5); (ii) créditos tributários e previdenciários (nota 6); (iii) Provisões Judiciais (nota 10).**

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas. O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras intermediárias.

3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir:



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias
30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os pronunciamentos técnicos n^{os} 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC, dado que a SUSEP ainda não aprovou a nova versão da norma de Instrumentos Financeiros, o CPC 48. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritos a seguir:

3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são aqueles cujo propósito da Companhia é negociá-los ativa e frequentemente e, portanto, são sempre classificados no ativo circulante e mensurados a valor justo. Os rendimentos e oscilações no valor justo são registrados contabilmente no resultado.

A Companhia não tem derivativos nos períodos apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias.

3.2.2. Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

3.3. Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais e fiscais, estão contabilizados no ativo não circulante. Os rendimentos e atualizações monetárias sobre os depósitos judiciais e fiscais são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC e para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% ao mês.

3.4. Investimentos

As participações acionárias em coligadas e controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os resultados de equivalência patrimonial são registrados no resultado do período, sob a rubrica "Resultado Patrimonial".

3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O registro contábil do imposto de renda e contribuição social ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras intermediárias. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias
30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras intermediárias, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.6. Novas Normas e Interpretações Contábeis Ainda Não Adotadas

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para exercícios após a data destas demonstrações e não foram adotados antecipadamente:

3.6.1. CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O pronunciamento visa a substituir o Instrumentos Financeiros (CPC 38): Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o CPC 38 até 1º de janeiro de 2023, conforme *amendment* do CPC 11– Contratos de Seguros. A Companhia realizou o teste requerido pelo *amendment* e adotará de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2023, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador.

O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

3.6.2. CPC 50 – Contratos de Seguros

O CPC 50 - Contratos de Seguros - substituirá o CPC 11 e possui a data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2023. Esta nova norma visa estabelecer os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação das responsabilidades com contratos de seguro.

O principal objetivo da norma é assegurar que as entidades forneçam informações relevantes, atualizadas regularmente, proporcionando dados úteis aos usuários das demonstrações. As obrigações de seguro serão contabilizadas usando os valores atualizados e consistentes com o fluxo de caixa esperado de cada transação.

A Companhia contratou consultores para auxiliar seus profissionais no projeto de implementação do CPC 50, que vem se desenvolvendo sem atrasos e tem como objetivo ter o projeto concluído e operando no início de 2023. O projeto é constituído em três fases: diagnóstico, planejamento e implantação e atualmente já finalizou as duas fases iniciais e acabou de iniciar a última fase. A fase de implementação abrange as dimensões de tecnologia, dados, processos e capacitação de pessoas. Os possíveis impactos decorrentes desse projeto serão divulgados na data de entrada em vigor da norma ou pela emissão pelo CPC, o que ocorrer primeiro.

3.6.3 Resolução CNSP 412 de 30 de junho de 2021

Essa Resolução dispõe sobre provisões técnicas, ativos redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capital de risco baseado nos riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado, patrimônio líquido ajustado, capital mínimo requerido, plano de regularização de solvência, limites de retenção, critérios para a

realização de investimentos, normas contábeis, auditoria contábil e auditoria atuarial independentes e Comitê de Auditoria referentes a sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores e altera a Resolução CNSP nº 321, de 15/07/2015, modificando critérios para apuração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) das sociedades seguradoras e sociedades de capitalização, cujos efeitos passarão a vigorar a partir de 1º de dezembro de 2021.

O Grupo Icatu iniciou estudos para quantificar o impacto no PLA das empresas supervisionadas e poderá ter que alterar a composição da carteira de investimentos no segundo semestre de 2021, de modo a reestabelecer o nível de solvência que atenda o apetite de risco definido. O estudo de impacto ainda está em andamento.

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias
30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

3.6.4 Medida Provisória 1034 de 01 de março de 2021

A Medida Provisória altera a Lei nº 7.689/1988 e majora a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 15% para 20% a partir de 01 de julho de 2021. No caso das seguradoras, a alíquota retorna ao patamar normal de 15%, a partir de 01 de janeiro de 2022 e por isso as estimativas de crédito tributário não foram alteradas, dado que a majoração começa e termina no segundo semestre de 2021.

3.7. Provisões judiciais

Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com o índice do Tribunal de Justiça de cada Estado, pois cada Tribunal utiliza um índice diferente.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais, que são provisionados independentes da probabilidade de perda, pois a Companhia entende que nesses casos o desembolso é provável, dada a obrigatoriedade legal de sua natureza. As provisões, quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica “Provisões Judiciais”, no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica “Outras Contas a Pagar”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas, são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, Tribunal e Região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo.

4. GESTÃO DE RISCO

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), conforme definição dada pela Circular SUSEP nº521/2015, cujo objetivo é o de apoiar a Companhia no atingimento de seus objetivos estratégicos, atua de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas.

Para cumprir sua finalidade, a EGR utiliza o sistema de controles internos, que é o processo executado pelas unidades operacionais presentes em todas as linhas de defesa e orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno na Companhia

Atualmente, a Companhia se utiliza da EGR e do sistema de controles internos adotados no Grupo Icatu, sendo que tanto os quesitos de estrutura quanto de processos são proporcionais ao contexto atual da Companhia.

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias
30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

4.1. Gerenciamento, Acompanhamento e Mensuração dos Riscos

4.1.1. Principais Riscos Associados

4.1.1.1. Risco de Crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

A análise da qualidade de crédito é baseada em uma classificação em “investimentos de alto risco” e “investimentos de baixo risco”, conforme *rating* nacional de longo prazo atribuído pelas agências externas de classificação de riscos: *Standard and Poor's*, *Fitch* e *Moody's*. Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, ela será considerada, automaticamente, como de alto risco.

Em 30/06/2021, o montante de R\$ 2.581, que representa 39% das aplicações financeiras nesta data, (R\$ 2.556, que representa 40% em 31/12/2020), estão alocados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em fundos não exclusivos totaliza R\$ 3.992, que representa 61% das aplicações financeiras nesta data, (R\$ 3.859 que representa 60% em 31/12/2020).

A Companhia não possui aplicações em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.2. Risco de Mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* - VAR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade da mesma, por meio de mudanças que podem trazer

alterações significativas nos resultados. Tal política é realizada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente.

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do *VaR* (*Value at Risk*) paramétrico. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o *VaR* e nível de *stress* da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

- (I) O *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do *VaR* é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro/2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia *EWMA* (médias móveis

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias
30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com *Lambda* variando conforme fator de risco.

- (II) *DV01 (dollar-value for one basis-point)*: medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia *VaR* paramétrico;
- A perda com a oscilação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia *DV01*.
- O fator de decaimento *Lambda* da metodologia EWMA.

Fatores de Risco	30/06/2021				31/12/2020			
	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	0,00	0,89	0,13	2	0,00	0,93	0,16	- 1
IPCA	0,02	0,99	1,20	49	0,01	0,99	0,54	32

4.1.1.3. Risco de Liquidez

O risco de Liquidez consiste na possibilidade de uma Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado.

Os controles do risco de liquidez são realizados dentro da estrutura do Grupo Icatu.

Vale ressaltar que a Companhia faz um bloqueio em ativos, aceitos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para cobertura compulsória das provisões técnicas é de 20% dos ativos livres líquidos do Capital Mínimo Requerido (CMR), conforme norma do regulador, mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e seguros detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias
30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Ativos e passivos	30/06/2021		
	Até 1 ano	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos			-
Aplicações Financeiras	3.992	2.581	6.573
Outros créditos operacionais			
Títulos e créditos a receber	275	-	275
Total de ativos	4.267	2.581	6.848
Contas a pagar	146	-	146
Total de passivos	146	-	146

Ativos e passivos	31/12/2020		
	Até 1 ano	Acima de 2 anos	Total
Aplicações Financeiras	3.859	2.556	6.415
Títulos e Créditos a Receber	193	-	193
Total de ativos	4.052	2.556	6.608
Contas a pagar	432	-	432
Total de passivos	432	-	432

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

4.1.1.4. Gestão de Capital

A Gestão de Capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias
30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Classificação por Categoria e Faixa de Vencimento

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos. Segue demonstração da abertura da carteira:

I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:	30/06/2021				
	Taxas contratadas	Sem vencimento	De 13 a 60 meses	Valor contábil / mercado	Percentual das aplicações
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos		3.992	-	3.992	61%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	2.581	2.581	39%
Total		3.992	2.581	6.573	100%

I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:	31/12/2020				
	Taxas contratadas	Sem vencimento	De 13 a 60 meses	Valor contábil / mercado	Percentual das aplicações
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos		3.859	-	3.859	60%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	2.556	2.556	40%
Total		3.859	2.556	6.415	100%

5.2. Movimentação dos Instrumentos Financeiros por Categorias

Saldo final em 31 de dezembro de 2019	18.905
(+) Aplicações	4.121
(-) Resgates	(16.728)
(+) Rendimentos	117
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	6.415
(+) Aplicações	371
(-) Resgates	(300)
(+) Rendimentos	87
Saldo final em 30 de junho de 2021	6.573

5.3. Critérios Adotados na Determinação do Valor Justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias
30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	30/06/2021		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:			
Letras Financeiras do Tesouro	2.581	-	2.581
Fundos de Investimento Não Exclusivos	-	3.992	3.992
Total (I)	2.581	3.992	6.573

	31/12/2020		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:			
Letras Financeiras do Tesouro	2.556	-	2.556
Fundos de Investimento Não Exclusivos	-	3.859	3.859
Total (I)	2.556	3.859	6.415

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

a) tributos a Recuperar

Os Tributos a Recuperar são compostos de Imposto de Renda em R\$ 59 e demais impostos R\$ 35.

b) Tributos Diferidos

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados exclusivamente de adições temporárias e compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais e depósitos judiciais. A seguir, a composição das adições/exclusões temporárias:

Diferenças Temporárias		
Imposto de Renda/Contribuição Social	30/06/2021	31/12/2020
Atualização Depósito Judicial	(789)	(772)
COFINS Exigibilidade Suspensa	1.373	1.361
PIS Exigibilidade Suspensa	385	382
Total das Provisões temporárias	969	971
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	242	243
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	146	146
Total	388	389



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias
30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Conforme Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos 10 anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias. De acordo com projeção de resultados, a Companhia tem expectativa da realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias para os próximos três anos.



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias
30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

7. INVESTIMENTOS

Investimentos em coligadas e em outras companhias é composto da seguinte forma:

Investimentos	Quantidade de Cotas	% de Participação	Total de Ativos	Total de Passivos Líquidos de Provisões Judiciais	Provisões Judiciais	Capital Social	Patrimônio Líquido	Total das Receitas	Lucro Líquido (Prejuízo)	Investimento		Resultado Patrimonial	
										30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	30/06/2020
Icatu Soluções em Seguridade Ltda	10	0,100%	10	-	-	10	10	-	-	-	-	-	-
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda.	3.012	1,000%	61.724	12.592	-	301	(26.784)	134.335	75.916	491	302	759	719
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda	1.057	0,002%	19.395	16.893	442	44.245	5.586	9.055	(3.525)	2	2	-	-
Total de Investimentos	4.079		81.129	29.485	442	44.556	(21.188)	143.390	72.391	493	304	759	719

Movimentação Investimentos	31/12/2019	Adições	Dividendos	Equivalência Patrimonial	31/12/2020	Dividendos	Equivalência Patrimonial	30/06/2021
Icatu Soluções em Seguridade Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda.	362	-	(1.555)	1.495	302	(570)	759	491
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda	3	(1)	-	-	2	-	-	2
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT	35	(35)	-	-	-	-	-	-
Total	400	(36)	(1.555)	1.495	304	(570)	759	493

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias
30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

8. PROVISÕES JUDICIAIS, OBRIGAÇÕES FISCAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

8.1. Depósito Judiciais e Fiscais

Os saldos de depósitos judiciais fiscais estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue:

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	2.061	3.116
Adições	4	12
Baixados	-	(1.112)
Atualização Monetária	17	45
Saldo Final	2.082	2.061

*Os valores depositados judicialmente nos mandados de segurança (006900-0) em que a Companhia discutia a majoração de alíquota de CSLL de 9% para 15% e foi integralmente convertido em renda em favor da União Federal.

8.2. Outras Contas a Pagar – Obrigações Fiscais

Na rubrica “Outras Contas a Pagar” são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição abaixo:

Contribuição	31/12/2020	Adições	Atualização Monetária	30/06/2021
Contribuição Social	199	-	2	201
COFINS	1.360	3	10	1.373
PIS	382	1	2	385
Total - Obrigações Fiscais	1.941	4	14	1.959

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias
30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

30/06/2021									
Empresa	Tese	PIS		COFINS		CSLL		Total	
		Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Vanguarda Cia de Seguros Gerais	Majoração de Alíquota (a)	-	-	-	-	206	201	206	201
	Alargamento da Base (b)	254	223	1.440	1.373	-	-	1.694	1.596
	Faturamento (c)	182	162	-	-	-	-	182	162
Total 30/06/2021		436	385	1.440	1.373	206	201	2.082	1.959

31/12/2020									
Empresa	Tese	PIS		COFINS		CSLL		Total	
		Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Vanguarda Cia de Seguros Gerais	Majoração de Alíquota (a)	-	-	-	-	204	199	204	199
	Alargamento da Base (b)	251	221	1.425	1.360	-	-	1.676	1.581
	Faturamento (c)	181	161	-	-	-	-	181	161
Total 31/12/2020		432	382	1.425	1.360	204	199	2.061	1.941

(a) CSLL - Majoração da alíquota, de 15% para 20% - Lei nº 13.169/2015;

(b) PIS/COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014.

(c) PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de jul/97 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997 e PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988. Cumpra esclarecer que a ação de PIS relacionada a Emenda Constitucional nº 17/97 foi encerrada em junho de 2021 tendo a Cia. recuperado parte do Depósito Judicial e o saldo remanescente convertido em renda em favor da União.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 4.699, representado por 3.316.721 ações sem valor nominal, sendo ações ordinárias nominativas.

b) Reservas de Lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída por valor correspondente a 5% do lucro auferido pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, sendo o restante destinado para reserva de retenção de lucros e eram de R\$2.399.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias
30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

d) Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações, prevê que o Capital Mínimo Requerido (CMR) que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre capital base e o capital de risco.

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Patrimônio Líquido	7.834	7.114
Ajustes contábeis	(493)	(304)
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - Nacional	(493)	(304)
Ativos Intangíveis		
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	7.341	6.810
Capital Base (CB) (a)	4.000	4.000
Capital de Risco de Crédito	240	214
Capital de Risco - Mercado	72	71
Capital de Risco - Redução por correlação	(45)	(43)
Capital de Risco - Operacional	-	-
Capital de Risco (CR) (b)	267	242
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	4.000	4.000
Patrimônio líquido ajustado	7.341	6.810
(-) Exigência de capital - EC	(4.000)	(4.000)
Suficiência de capital - R\$	3.341	2.810
Suficiência de capital (% da EC)	184%	170%



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias

30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

10. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da Administração.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Icatu Seguros S.A. (Controladora) (a) (c)	-	-	-	(314)	-	-	-	(9)
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) (a)	2	-	-	-	2	1	-	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda (Ligada) (a)	6	-	-	-	7	-	-	-
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda. (Ligada) (a)	1	-	-	-	1	-	-	-
Icatu Assessoria Ltda. (Ligada) (a)	73	-	-	-	77	-	-	-
Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda. (b)	3	-	-	-	3	-	(3)	(2)
Total	85	-	-	(314)	89	2	(3)	(11)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

- (a) Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do grupo Icatu Seguros e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;
- (b) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda;
- (c) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da companhia.

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias
30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

11. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	30/06/2021	30/06/2020
a) Outras Receitas e Despesas Operacionais - Seguros		
Outras Despesas DPVAT	-	(7)
Total	-	(7)
b) Despesas Administrativas		
Pessoal Próprio	58	(2)
Serviços de Terceiros	(48)	(41)
Localização e Funcionamento	(28)	(27)
Publicações	(33)	(30)
Despesas Administrativas	24	(2)
Total	(27)	(102)
c) Despesas com Tributos		
COFINS	(3)	(3)
PIS	(1)	(1)
Taxa de Fiscalização	(59)	(56)
Outras Despesas com Tributos	(3)	(8)
Total	(66)	(68)
d) Resultado Financeiro		
Categoria - Valor Justo por meio do Resultado		
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	63	13
Outras Receitas Financeiras	45	36
Total – Receitas Financeiras	108	49
Outras Despesas Financeiras	(54)	(69)
Total – Despesas Financeiras	(54)	(69)
Total	54	(20)

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias
30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

12. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2021		30/06/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos *	722	722	537	537
ADIÇÕES	16	16	1.728	1.728
Adição Permanente				
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	16	16	1.728	1.728
EXCLUSÕES	(775)	(775)	(1.463)	(1.463)
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	(16)	(16)	(744)	(744)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(759)	(759)	(719)	(719)
Resultado Ajustado	(37)	(37)	801	801
Alíquotas Oficiais	<u>15% + 10%</u>	<u>15%</u>	<u>15% + 10%</u>	<u>15%</u>
Despesas com IRPJ/CSLL	-	-	(49)	(37)
Reversão da Provisão de Créditos Tributários	-	-	103	62
Despesas com IRPJ/CSLL	-	-	54	25
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	0,0%	0,0%	-10,0%	-4,7%

*Na apuração de IR e CSLL desconsideramos a atualização monetária das discussões de processos judiciais sobre a CSLL.

13. COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo grupo Icatu Seguros, por intermédio da instituição Líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras intermediárias de 30/06/2021 da Icatu Seguros.



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras intermediárias
30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Diretoria

Diretor-Presidente

Luciano Snel Corrêa

Diretores

Alexandre Petrone Vilardi
César Luiz Salazar Saut
Marcio de Moraes Palmeira

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira
CRC RJ 076.168/O-7

Atuária

Lígia de Abreu Sodré Pires
MIBA nº 1394